



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI Nº 1326/1994

Que autoriza doação de terreno de propriedade municipal.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a doar a quem se interessar, e preencher as condições desta Lei e do Edital de Licitação, 2 (dois) lotes de terrenos de propriedade da Prefeitura Municipal, medindo cada um 480,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e oitenta metros quadrados) situados na Rua Cirilo Guedes, com as seguintes medidas e confrontações:

### 1 – LOTE “A”

- a) pela frente, confronta com a Rua Cirilo Guedes, numa extensão de 20,00 m;
- b) pelos fundos, confronta com José dos Reis, numa extensão de 20,00 m;
- c) do lado direito, confronta com o Lote “B”, numa extensão de 24,00 m;
- d) do lado esquerdo, confronta com José Torres dos Santos e Sebastião Torres, numa extensão de 24,00 m.

### 2 – LOTE “B”

- a) pela frente, confronta com a Rua Cirilo Guedes, numa extensão de 20,00 m;
- b) pelos fundos, confronta com José dos Reis, numa extensão de 20,00 m;
- c) do lado direito, confronta com a Prefeitura Municipal, numa extensão de 24,00 m;
- d) do lado esquerdo, confronta com o Lote “A”, numa extensão de 24,00 m.

Art. 2º O donatário se comprometerá, através de declaração firmada, a cumprir com as seguintes obrigações:

a) instalar e colocar em funcionamento uma industrial não poluente, no prazo máximo de 1 (um) ano a partir da assinatura da escritura de doação;

b) a unidade industrial mencionada na alínea “a” deste artigo deverá gerar 40 (quarenta) empregos no mínimo, durante o prazo de 3 (três) anos, a contar da data do início de seu funcionamento;

c) não alienar, emprestar, ceder, alugar, doar, dar em pagamento, penhorar, hipotecar ou transferir a propriedade seja a que título for, durante o prazo de 10 (dez) anos a contar do início do funcionamento da mencionada unidade industrial;

d) arcar com todas as despesas da escritura de doação, tais como: taxas, impostos, emolumentos e outras que digam respeito a referida escritura de doação;



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

e) não modificar o objeto da doação previsto na alínea “a” deste artigo em hipótese alguma;

f) prestar todas as informações exigidas pelo Edital de Licitação para doação do imóvel;

g) prestar todas as informações à Prefeitura Municipal quantas vezes foram solicitadas, facultando-lhe o exame dos livros e documentos que forem por ela requisitados para verificação do cumprimento das exigências contidas nesta Lei e assumidas pelo donatário.

Art. 3º A escritura de doação poderá ser rescindida, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, se o donatário prestar declaração falsa no processo de licitação, quando de sua habilitação à doação, hipótese em que perderá o imóvel doado sem direito de retenção ou indenização pelas benfeitorias, quaisquer que sejam elas.

Art. 4º Esgotado o prazo fixado na alínea “a” do art. 2º desta Lei, sem que a unidade industrial esteja instalada e em pleno funcionamento, ou descumprida a exigência contida na alínea “b” do mesmo artigo, o Executivo tomará todas as providências para reversão do imóvel doado, não cabendo ao donatário direito à indenização ou retenção do imóvel e das benfeitorias que nele houver construído, sejam úteis, necessárias ou voluptuárias.

Art. 5º Os direitos relativos à doação dos imóveis são intransferíveis.

Art. 6º A presente Lei deverá ser transcrita **in totum** na escritura de doação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições contrárias.

Passa Quatro, 17 de outubro de 1994.

Dr. Paulo Egídio Fonseca de Luca  
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes  
Secretário Municipal de Administração